



Resenha

Giambiagi, Fabio; *Brasil, raízes do atraso: paternalismo × produtividade*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007, 288 páginas .

As raízes de nosso atraso

Paulo César Ribeiro Quinteiros¹

Fabio Giambiagi é economista, com mestrado pela UFRJ. Foi professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ); é funcionário do BNDES desde 1984 e, atualmente, está cedido pelo BNDES ao IPEA. Teve passagens profissionais pelo Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID), em Washington, e pela assessoria do Ministério do Planejamento em Brasília. É autor e co-autor de diversos livros, dentre os quais se destacam *Finanças públicas - Teoria e prática no Brasil e Economia brasileira contemporânea* (1945/2004). Giambiagi especializou-se em finanças públicas e escreve, regularmente, no jornal Valor.

Brasil, raízes do atraso: paternalismo × produtividade é um alerta sobre as conseqüências, atuais e futuras, da falta de planejamento e da não definição de objetivos claros a serem atingidos pelo Brasil, com o intuito de colocar o país no rumo do desenvolvimento sustentável. Com uma linguagem clara e objetiva, o autor chama a atenção do leitor para o gravíssimo fato de que, no Brasil de hoje, não há discussões nem sobre os grandes rumos, nem sobre os grandes temas de nossa economia no contexto mundial; nossos políticos e governantes se dedicam prioritariamente a debates sobre

¹ Doutor em Física pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPR, 1999), Mestre em Física pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPR, 1995) e Bacharel em Física pela UERJ (1992), pesquisador visitante do INFN de Turim (1996 1997), professor pesquisador do Programa de Mestrado em Gestão de Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté.

temas do dia-a-dia. Giambiagi chama a atenção dos leitores para o fato de nossos governantes não se dedicarem a pensar e projetar o futuro do país; ao contrário, vivem somente presos a um infrutífero revisionismo dos erros do passado. Há uma fixação em “consertar” injustiças passadas em detrimento de preparar um futuro melhor. O autor traça, ainda, uma comparação entre os temas debatidos no cenário mundial em comparação ao local; é particularmente interessante a comparação dos debates ocorridos no âmbito da campanha das eleições presidenciais brasileiras de 2006 e das campanhas eleitorais, ocorridas no mesmo período, em países com economias mais prósperas que a nossa.

O prefácio, de autoria do ex-ministro da fazenda Maílson da Nóbrega, traz um brevíssimo, mas muito interessante, resumo da recente história econômica brasileira. O texto tem o peso de um autor com participação ativa em nossa história, seja como técnico dos Ministérios da Indústria e do Comércio e da Fazenda, seja como sócio da Tendências Consultoria Integrada, uma das maiores empresas do ramo no país. O texto de Nóbrega tem uma importância crucial para a contextualização e maior compreensão da obra de Giambiagi, pois serve para situar o leitor leigo quanto ao contexto histórico do livro, haja vista que a obra faz ótimas análises de nossos problemas atuais e de suas origens, mas não dá ao leitor uma visão global da história econômica brasileira desde a segunda metade do século vinte. Tal “visão global” é crucial para que o leitor compreenda a gravidade da atual letargia brasileira.

Logo no início do prefácio, há um alerta sobre o perfil de Fabio Giambiagi, que é rotulado como um seguidor do pragmatismo racional, cujo maior expoente brasileiro foi o saudoso economista Roberto de Oliveira Campos. Segundo Nóbrega, Giambiagi, assim como Campos, prega a racionalidade sem o fazer, entretanto, em terreno tão inóspito quanto fez o diplomata, pois “aos poucos, a lógica econômica penetra as mentes”.

O prefácio, assim como o livro, traz à tona a discussão quanto à imperativa mudança da mentalidade da população. Segundo Nóbrega, é preciso incutir no âmago dos brasileiros a “... percepção de que os indivíduos se movem basicamente por incentivos e não pelo ativismo do Estado”. Somente assim será possível romper com “... a visão anticapitalista que ainda impregna a sociedade...”, mas para isso, alerta o ex-ministro, “Será preciso enterrar mitos, rever conceitos e incutir a lógica econômica desde a infância”. É precisamente no âmbito da batalha pela racionalidade e pela mudança da mentalidade do povo

brasileiro que surge “Brasil: Raízes do Atraso” com excelentes e detalhadas “... reflexões sobre os fatores que nos mantêm na mediocridade”.

O livro de Fabio Giambiagi é dividido em três partes. Os primeiros seis capítulos dão ao leitor uma visão geral dos problemas brasileiros atuais. Há uma análise geral das causas de nosso atraso, contendo avaliações contextuais do Brasil face ao mundo globalizado. A segunda parte do livro é dedicada a uma análise mais detalhada das dez principais causas de nossa situação econômica atual. O autor elegeu essas dez causas, às quais chamou de “vacas sagradas”, como as mais danosas dentre os mitos e demônios presentes no senso comum brasileiro; segundo o autor, elas são os principais inimigos de nosso processo de desenvolvimento. Cada um dos dez capítulos dessa segunda parte da obra é dedicado a uma das “vacas sagradas”. Giambiagi apresenta os temas, mostrando que são mitos a serem destruídos e, na seqüência, apresenta soluções cabíveis e realistas para a solução do problema. Após a análise das “vacas”, o livro contém, ainda, dois capítulos com conclusões e conjecturas quanto aos cenários futuros do Brasil.

No primeiro capítulo do livro, há uma brilhante análise crítica do pensamento de parte dos brasileiros, que pode ser traduzido como “... a aspiração comum a uma parte não desprezível da sociedade brasileira: a de obter ganhos financeiros sem fazer esforços para tal”. Como bem ressalta Giambiagi, as políticas sociais assistencialistas como a Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), a elevação real do salário mínimo e o Bolsa-Família têm contribuído, consideravelmente, para enraizar essa “aspiração”. O fato notório é que “o elemento em comum desses programas sociais é eles fornecerem recursos públicos em troca de nada”.

No Brasil de hoje, lamentavelmente, a obtenção de ganhos financeiros sem fazer esforço tornou-se uma meta para uma parcela do povo brasileiro. As políticas sociais, sustentadas com dinheiro dos impostos pagos pelos brasileiros que trabalham, beneficiam somente a parcela “clientelista” da população. Isso traz conseqüências desastrosas para o país, à medida que cresce a mediocridade brasileira, fruto do abandono da meritocracia. Como destaca Fabio Giambiagi, esse fato é gravíssimo e nos coloca na contramão do desenvolvimento mundial dado que enquanto “... o resto do mundo, cada vez mais, se volta para o desafio da criação de riquezas, o Brasil persiste no desenvolvimento de um modelo distributivista em essência,

fortemente baseado no intervencionismo estatal e, em alguns casos, com um acentuado viés anticapitalista”.

A obra de Giambiagi leva o leitor a refletir sobre a posição do Brasil com relação ao restante do mundo. A economia mundial vive atualmente o processo que o jornalista Thomas Friedman, no excelente *O Mundo é Plano*, chamou de “planificação”. Neste acirrado panorama, caracterizado por forte crescimento, grandes disputas econômicas e rápidas mudanças, o país tem ficado para trás porque, nas palavras do próprio autor, “... o Brasil cresceu pouco porque não merecia crescer mais”. De acordo com a análise apresentada no livro, nossas mazelas e idiossincrasias têm raízes profundas, as quais remetam à nostalgia do período de rápido crescimento do milagre brasileiro. A tarefa hercúlea, na qual se insere *Brasil: Raízes do Atraso*, é a de convencer aos brasileiros que sonham com o retorno ao período entre 1950 e 1980 de que “um modelo relativamente autárquico como o que imperou no Brasil em parte daqueles anos podia ter tido sucesso, como teve, em um mundo mais fechado, mas parece incompatível com a realidade dos dias atuais”. É preciso convencer as pessoas a mudar de mentalidade, pois “... precisamos caminhar rumo a uma economia na qual o bem-estar dependa do esforço, da criatividade e do êxito de cada indivíduo e não do apoio do Governo”. No mundo atual, complementa o autor, o papel do Estado é de gerenciador e incentivador do desenvolvimento e não de distribuidor de benefícios.

O segundo capítulo do livro, intitulado “A estagnação em números”, apresenta vários dados, cuja finalidade é comprovar cabalmente as afirmações acerca de nosso atraso atual. Os números apontam que “A realidade é inocultável: estamos perdendo relevância”. Quanto aos dados comparativos apresentados no texto, cabe a ressalva de que, após a publicação da obra, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgou novos dados, revisando parte dos números do PIB brasileiro, os quais são usados no texto. A mudança metodológica no cálculo do PIB mostrou que a economia brasileira é 11% maior do que se pensava. O crescimento do PIB em 2006 passou de 2,9% para 3,7%; sendo que o crescimento médio no período de 2000 a 2006 foi de 3,1% e não de 2,6%, como consta no livro. Nota-se, entretanto, que tais mudanças não alteram a posição do Brasil nos quadros apresentados no livro e, por conseguinte, todas as análises apresentadas na obra não carecem de revisão. Além disso, como alerta Giambiagi, “A mediocridade do desempenho brasileiro vai além dos números. Temos tido um desempenho medíocre porque o país foi invadido pela mediocridade, ou seja, por uma combinação de falta de

apreço pelo mérito, exaltação das coisas sem importância e ausência de obsessão pela excelência. A nossa política espelha isso”. Na seqüência do capítulo, o autor apresenta alguns exemplos interessantes de países que viveram situações semelhantes à brasileira, mas que, por força de atitudes coerentes com a dinâmica mundial, conseguiram romper barreiras e adentraram o rol dos países relevantes do “Mundo Plano”.

O terceiro capítulo da obra, cujo título é “A morte dos vilões”, começa com uma citação do lendário Roberto Campos. O texto, assim como tantos artigos de Campos, prega contra aquilo que o autor de *A lanterna na popa* chamou de “demonização”. Há, no âmago do brasileiro, uma recusa em admitir que as escolhas e atitudes da nação sejam as causas dos problemas e não os “demônios” externos; nas palavras do próprio Roberto Campos: “É difícil reconhecer que a culpa está em nós mesmos e não nos demônios”. Os vilões discutidos por Giambiagi são: a dívida externa, as transferências ao exterior, o FMI, as despesas com juros. Ao longo do capítulo, cada um desses fatores, outrora apontados como capazes de impossibilitar o crescimento brasileiro, são criteriosamente desqualificados como tais. O autor conclui que todos os problemas existem, mas que nem de forma isolada, nem integrada, são causas possíveis da viagem rumo à irrelevância econômica mundial que o Brasil, infelizmente, tem trilhado.

Após convencer o leitor daquilo o que não pode ser tomado como causa do pífio desempenho econômico brasileiro, a partir do quarto capítulo, Fabio Giambiagi inicia uma bela e profunda análise das verdadeiras “raízes” do atraso nacional. O capítulo intitulado “Enfrentando o espelho: a realidade fiscal, nua e crua” contém uma precisa e bem articulada análise das causas do déficit público brasileiro, cobrindo o período de 1994 a 2005. O texto mostra que “o aumento do gasto público se deu exatamente nos gastos vistos como “sociais”: aposentadorias e demais despesas em geral apresentadas com esse rótulo”. É ainda digna de destaque, no capítulo, a desconstrução do mito de que a redução da taxa de juros da economia brasileira possibilitaria uma redução dos gastos públicos. Um outro mito desqualificado com a análise do déficit público é o de que “... o aumento do gasto público estaria associado a ‘marajás’ ou ainda a ‘desperdício com passagens’ e coisas do gênero...” seriam relevantes no orçamento brasileiro; como mostra claramente o autor, estes argumentos não resistem à análise dos dados. A conclusão do capítulo é de que “... o Estado brasileiro é um elefante com anemia: pesado, mas não funciona nada bem”.

Ao longo do quinto capítulo da obra, cujo título é “A macroeconomia da estagnação”, Giambiagi remete o leitor ao início da década de 1980. Segundo o autor, o início do processo de estagnação econômica brasileira se deu com a crise do petróleo ocorrida então. O início dos anos oitenta foi marcado por um substancial aumento do preço do “ouro negro”; uma das conseqüências disso foi a elevação da taxa básica americana para o patamar de 20%. Como é bem sabido, se o país com a maior e mais confiável economia do mundo paga 20% ao ano de juros, os demais precisam pagar mais para a rolagem dos seus déficits. Naquela época, o Brasil tinha uma dívida externa vultosa, além de uma dependência visceral das importações de petróleo. A conjunção desses fatores, aliada à inércia do governo em tomar decisões efetivas, levaram o país à crise dos fluxos de pagamento e, conseqüentemente, à estagnação econômica. Foi exatamente nesse período que o governo iniciou um desastrado processo de substituição de importações aliado à proteção descabida da indústria brasileira. Tal processo de fechamento da economia para o mundo trouxe diversas conseqüências desastrosas para o Brasil, como a perda da competitividade face ao desenvolvimento industrial mundial, atraso tecnológico etc. Essa política irresponsável de proteção a então indefectível indústria brasileira, salvo raras exceções, somente foi interrompida com a abertura promovida pelo governo Collor, quase vinte anos depois.

A análise da crise dos anos oitenta, apresentada por Fabio Giambiagi, é muito superficial, dada a importância do período. Somente para ilustrar a relevância das atitudes equivocadas dos governantes brasileiros daqueles anos, elas são as raízes do atraso tecnológico da indústria brasileira e dos serviços, especialmente de telecomunicações. O pífio desenvolvimento do país no período seguinte e a demora para entrar no jogo da globalização são partes do ônus das atitudes irresponsáveis de então. Uma análise profunda do comportamento demagógico dos governos dos anos de 1980, bem como das muitas oportunidades perdidas naquela época, são apresentadas em *A lanterna na popa*, de autoria do economista Roberto Campos.

Após a demasiadamente breve análise das crises dos anos de 1980, Giambiagi passa à discussão do período do Plano Real. É acertado o destaque que o autor dá aos erros do plano, os quais podem ser facilmente atribuídos a objetivos eleitoreiros. Sabe-se, de longa data, que um problema crônico da economia brasileira é a baixa taxa de poupança interna. Não havia (e não há ainda hoje) poupança interna para sustentar os investimentos necessários para promover o

crescimento econômico. A situação tornou-se ainda pior pela manutenção de uma taxa de câmbio irreal, que teve como consequência a crise no Balanço de Pagamentos. Como cita o autor, o déficit que era de 1% do PIB passou, em 1994, a perigosos 5%. Por outro lado, ao promover aumento do consumo interno, a taxa de poupança caiu de 20,8% (1994) para 19,8% (média entre 1995 a 1998). Em resumo, a poupança externa foi usada para financiar o consumo interno. Era bastante óbvia a necessidade de ajustes àquela época, entretanto, por motivos políticos eles foram postergados. Somente quando a situação tornou-se insustentável, o governo fez o “ajuste necessário”, o qual é muito claramente descrito no livro. Giambiagi conclui esta parte do texto mostrando que, apesar de correto, o ajuste de 1999-2002 foi mal avaliado pela população. Por outro lado, a população “... avaliava bem as políticas de 1995-1998, quando o consumo aumentou, mas o país se encaminhou para uma crise”.

Ainda na seqüência do capítulo cinco, Fabio Giambiagi volta à carga contra o assistencialismo dos governos brasileiros. Sobre o aumento do gasto público no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, o autor tece o seguinte comentário: “Ao financiar esse aumento do gasto público mediante novas elevações da carga tributária, porém, obtém-se um efeito que, embora possa ser neutro do ponto de vista fiscal, não é neutro quanto à composição da poupança doméstica”. Na seqüência, o texto traz uma explicação muitíssimo didática do problema gerado pelo assistencialismo. O problema é que ao tirar do trabalhador, que paga impostos, parte do valor que seria dedicado à poupança e, concomitantemente, entregar esse dinheiro à população carente que o irá destinar integralmente ao consumo, o governo impede a formação da poupança interna, necessária para financiar o desenvolvimento do país. Como aponta Giambiagi, no final do quinto capítulo: “Para crescer entre 4,5% e 5% por um longo período e não apenas espasmodicamente como em 2000 ou 2004, o país precisa ter uma taxa de investimento — hoje de 20% do PIB — da ordem de 25% do PIB”. O autor conclui, ainda, que “... é fundamental conter o ritmo de expansão do consumo privado e aumentar o gasto corrente do Governo abaixo do crescimento do PIB”, haja vista a imperativa necessidade de “colocar um freio nas políticas assistencialistas que foram o destaque da política fiscal dos últimos anos”.

O sexto capítulo de *Brasil: Raízes do Atraso* — intitulado “Os equívocos sobre o modelo argentino” — é dedicado à análise da situação econômica atual do país natal do autor: a Argentina. O texto, que é claro e preciso, serve como uma resposta àqueles que criticam a

equipe econômica brasileira por não trilhar os mesmos rumos do governo de Nestor Kirchner. Os argumentos de Giambiagi, contra essa opinião, são de duas naturezas. Primeiramente, o presidente brasileiro tem muito menos poderes que o presidente argentino, haja vista que o Brasil atingiu um patamar de democracia consideravelmente mais sofisticado que a Argentina. Nas palavras do autor, “Kirchner jamais poderia governar o Brasil como tem governado a Argentina”. Quanto aos outros argumentos, Giambiagi destrói um a um todos os mitos criados acerca do governo Kirchner. O capítulo mostra claramente que a Argentina cresce porque chegou a uma situação muito mais difícil que o Brasil e, apesar desse crescimento, ainda não retornou aos patamares anteriores ao início da crise que viveu. Como bem argumenta o autor, o “... excelente desempenho depois de 2002 não foi apenas pelas políticas implementadas desde então, mas também pela intensidade das perdas que os credores sofreram com a moratória e que diminuíram de maneira drástica as relações dívida externa/PIB e dívida pública/PIB”. Quanto ao calote, Giambiagi acrescenta, ainda, que se o Brasil tivesse feito a mesma opção que a Argentina, os castigados não seriam “as ‘viúvas italianas’ ou os ‘credores de Wall Street’ e, sim, a classe média brasileira que aplica em peso suas economias em fundos de investimento lastreados em títulos públicos”.

Há, ainda, um outro aspecto a destacar no sexto capítulo do livro. O autor mostra que, apesar de todos os factóides promovidos por Kirchner, o discutível sucesso de sua política econômica deve-se pouco a ações heterodoxas a moda do “socialismo do século XXI” (promovido e financiado pelo presidente venezuelano Chávez, com dinheiro oriundo da venda de petróleo para os EUA). Os resultados positivos são, na verdade, frutos de políticas econômicas e fiscais ortodoxas adotadas pelo governo argentino.

Os capítulos sete a dezesseis são dedicados, cada um deles, a análise dos dez principais problemas que, segundo Fabio Giambiagi, impedem o Brasil de entrar na rota do desenvolvimento sustentável. A primeira “vacina sagrada” discutida no livro é “o salário mínimo que não é mínimo”. O foco da discussão foge ao habitual; o objetivo é mostrar ao leitor como a tônica com que o assunto é usualmente tratado no âmbito nacional é mais uma barreira ao nosso crescimento. A política do aumento do salário mínimo, vigente desde 1994, é a de usar os aumentos superiores ao crescimento da economia como uma forma de “quitar” a “dívida social” do país para com os seus trabalhadores mais pobres. Esse fato isoladamente já é um problema, pois, como bem ressalta o autor, “A população acostumou-se a ter um padrão de

aumento do salário mínimo que é incompatível com a evolução do restante da economia”.

Um dos sérios problemas relativos à política de aumento do salário mínimo, como bem observa Giambiagi, é o atrelamento desta à questão previdenciária. Note-se que “... o Governo Federal paga benefícios a cerca de 16 milhões de pessoas cuja remuneração é representada pelo piso previdenciário”. Uma política salutar para as aposentadorias é a de proteger as pensões do desgaste inflacionário. Ao corrigir, sistematicamente, de acordo com a política vigente, o governo gera a aberração de que os aposentados recebam um benefício superior àquele para o qual contribuíram. O quadro absurdo é injusto com os trabalhadores ativos, além de insustentável a longo prazo.

A segunda “vaca sagrada” discutida no livro é o problema da Previdência Social. Neste capítulo o autor traça um quadro bastante sombrio das conseqüências irrefutáveis de se manter o sistema previdenciário brasileiro atual. O envelhecimento da população junto com o aumento da expectativa de vida dos brasileiros, no prazo de vinte anos, terá um “efeito devastador”. Giambiagi alerta o leitor para o fato de que “ou o Brasil acaba com a generosidade do seu sistema previdenciário, ou a generosidade do seu sistema previdenciário acaba com o Brasil”. Note-se que “... a conta do pagamento de aposentadorias e pensões agrava-se ano após ano e, por causa disso, o Brasil tem de reformar o sistema, pois temos uma previdência generosa demais”. Após uma análise muitíssimo interessante das contas do sistema previdenciário nacional, o autor faz a ressalva de que o problema “... envolve questões de longo prazo e é com esse enfoque que deve ser tratada”. Na seqüência, Giambiagi traça um factível e pouco doloroso plano de reforma a longo prazo e conclui que uma proposta que coloca o sistema brasileiro em acordo com os sistemas vigentes nos demais países do mundo com economias saudáveis, não pode ser mal visto pela população.

No nono capítulo do livro, Fabio Giambiagi retoma o problema do “assistencialismo exacerbado”, eleito como a terceira “vaca sagrada”. Já no início do capítulo, como crítica ao Estado paternalista, o livro lembra aos leitores que “A melhor educação é a que combina a dose necessária de carinho e afeto com a capacidade de mostrar a um filho que aos poucos ele deverá aprender a ganhar a vida por conta própria”. Como bem ressalta o texto, um dos efeitos deletérios das práticas assistencialistas, as quais vêm sendo sistematicamente enraizadas na cultura brasileira por sucessivos governos, é a cultura do cidadão dependente do Estado. No Brasil de hoje, o emprego mais desejado é a

carreira de funcionário público. Em contrapartida, o exemplo de uma das mais bem-sucedidas nações contemporâneas mostra que “... o segredo do êxito da economia norte-americana é justamente o contrato social que combina a responsabilidade do Estado pela educação básica, com esforço pessoal e o desejo dos norte-americanos em vencer na vida. O assistencialismo brasileiro é a antítese desse modelo”.

O esforço de *Brasil: Raízes do Atraso* em mostrar que parte de nosso insucesso é devida à recusa de relevante parcela da população em mudar de postura em relação ao Estado. O assistencialismo, rural e urbano, é discutido de forma profunda, clara e inovadora e mostra, com argumentos racionais quantitativos e qualitativos, as nocivas conseqüências do estímulo à improdutividade promovida pelos governantes brasileiros. A instituição da concessão do benefício previdenciário, sem nenhuma contrapartida do beneficiado é a estagnação pessoal dos brasileiros, uma ofensa àqueles que trabalham e contribuem para o sistema, além de um fardo pesado demais para que um país possa ingressar no rumo do crescimento auto-sustentável. A proposta do autor para a solução do problema é um convite ao “resgate da razão” e ao abandono de políticas puramente eleitoreiras.

A quarta das “vacas sagradas” eleitas por Fabio Giambiagi é apresentada ao leitor no décimo capítulo da obra: “os direitos dos incluídos”. Ao longo do texto, é abordada a questão do excesso de regulamentação trabalhista, sob a ótica do entrave que isso representa à geração de empregos. Segundo Giambiagi, o sistema brasileiro é um caso clássico de quando “... os legisladores muitas vezes acabam definindo normas que se revelam um entrave ao bom funcionamento da economia, prejudicando o dinamismo de um país”. A nossa legislação trabalhista é indubitavelmente muito antiga e coloca o trabalhador brasileiro em grande desvantagem com relação ao padrão mundial atual de gastos com mão-de-obra. Obviamente os trabalhadores devem ser protegidos pela legislação de um país. Entretanto, o excesso de proteção torna-se danoso à medida que garante direitos aos empregados à custa de uma massa considerável de desempregados. Como bem conclui Giambiagi, é imperativa a reforma de nosso sistema, pois nossa “... legislação desestimula o investimento das empresas no treinamento e na melhoria de produtividade dos seus empregados”.

O capítulo onze de *Brasil: Raízes do Atraso* é devotado à questão das vinculações orçamentárias, tema escolhido como a quinta “vaca sagrada”. O assunto é abordado de forma bastante didática, partindo da origem das vinculações. Nas palavras do autor: “A razão principal da

vinculação é, então, garantir certa regularidade e previsibilidade dos recursos das dotações orçamentárias ligadas a setores cujas exigências de continuidade tornam indispensável a interrupção — ou em alguns casos até mesmo a redução — dos fluxos de financiamento”. Apesar da nobre origem, “a automatização da vinculação tende a dispensar os gestores da necessidade de mostrar a necessidade dos recursos e de comprovar a eficiência do gasto”, ou seja, como disse Antonio Delfim Neto: “a vinculação é a avó da vagabundagem”. Obviamente, pura e simplesmente extinguir todas as vinculações não é uma solução factível, todavia é imprescindível a criação e implementação de instrumentos de gestão para os casos onde for necessário manter a vinculação. Concomitantemente, nos setores onde a vinculação não é mais necessária, o mecanismo deve ser extinto ou, no mínimo, flexibilizado.

A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) é a sexta “vaca sagrada”, sendo abordada ao longo do décimo segundo capítulo da obra. Apesar de muito interessante, TJLP é o capítulo menos “digerível” do livro; impossível para um leigo, que é o leitor-alvo do livro. A problemática envolvida é importante para compreender o cenário “travado” do Brasil. É a partir do mecanismo da TJLP — a qual foi criada em 1994 e é determinada trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional — que se faz possível entender o porquê da razão da dívida pública/PIB se manter inalterada, apesar da redução da taxa Selic (Sistema especial de liquidação e custódia). Observa-se que a desvinculação entre TJLP e a Selic abre espaço para ganhos de arbitragem e dificultam o controle e a implementação das políticas do BC (Banco Central). Nas palavras do próprio Fabio Giambiagi: “... o custo fiscal associado à diferença entre a Selic e TJLP, individualmente não pode ser “o” culpado pelo problema fiscal brasileiro ainda persistente, associado a um déficit público da ordem de 3% do PIB. Ele é, porém, uma parte da equação”.

O capítulo treze do livro é dedicado ao problema das “transferências temporárias infinitas”, que foi escolhida como a sétima “vaca sagrada”. O texto é fortemente influenciado pelas idéias de Roberto Campos, em especial aquelas contidas no livro de memórias *A lanterna na popa*. A problemática levantada tem sua origem na redução das receitas do Governo Federal, devido aos repasses a estados e municípios, sem a correspondente redução das obrigações. Tal problema, originado na constituição promulgada em 1988, é uma das causas do absurdo aumento dos impostos a serem pagos pelos contribuintes, que vem ocorrendo sistematicamente desde então.

As “vacas sagradas” oito e nove, tratadas, respectivamente, nos capítulos quatorze e quinze do livro, são: a taxaçoão do capital e o proteccionismo. Os dois temas fazem parte do “menu” predileto dos “nacionalisteiros” e socialistas. Quanto ao primeiro tópicoo, há “... em parte da população brasileira um forte preconceito contra o capital financeiro”; o esforço de Giambiagi é o de mostrar que este capital é bom e imprescindível a qualquer país que almeje crescer e oferecer à população melhores condições de vida.

O capítulo quinze, destinado ao proteccionismo, foi escrito por Fabio Giambiagi em colaboração com Marcelo Nonnemberg. Os autores mostram, de forma didática e de fácil leitura, como as políticas protecionistas somente podem ser usadas por curtos períodos de tempo, com o intuito de proteger alguma indústria nascente. Por outro lado, o alongamento indefinido de tais políticas é consideravelmente danoso à economia de um país, pois fomenta ineficiência e estimula a baixa produtividade. Sendo assim, políticas protecionistas estão no sentido oposto ao processo de globalização. No “mundo plano”, “... a idéia é cada país produzir o que cada um pode fazer melhor, a estratégia só funciona se cada país em particular estiver disposto a aceitar comprar produtos dos demais países, e não produzir tudo por si mesmo”.

A décima e última das “vacas sagradas” de Fabio Giambiagi é o “viés anticapitalista”, tema tratado no décimo sexto capítulo da obra. O preconceito anticapitalista, presente em grande parte da opinião pública brasileira, é fomentado pelas nossas esquerdas. Tal sentimento, como mostra o autor, é um grave entrave ao crescimento nacional. Devido a uma longa série de razões, até mesmo culturais e religiosas, o lucro é rejeitado por grande parte dos brasileiros. De um lado há a absurda idéia de que o lucro é um impedimento ao bem-estar da sociedade; de outro lado, o lucro é visto como “pecado” devido às nossas tradições religiosas.

A necessidade que uma parcela considerável dos brasileiros tem de viver “sob as asas do Estado”, leva inexoravelmente a uma interessante abordagem da privatização, a qual é, segundo Giambiagi, “uma decorrência natural” do processo de desenvolvimento global. A existência, ou mesmo persistência, dos dinossauros (estatais) dá à população uma reconfortante e falsa “expectativa de favor a receber por parte do Estado”. Reside aí uma mistura de miopia e burrice, a qual impede à população o reconhecimento dos benefícios diretos e indiretos do processo de privatização. Nas palavras de Fabio Giambiagi: “... o Brasil precisa se assumir como país capitalista e

desenvolver uma cultura em que a educação seja vista como fundamental pelo cidadão comum, em que a inovação seja estimulada e o esforço seja reconhecido”.

O último capítulo dedicado as “vacas sagradas” contém um preocupante alerta de Fabio Giambiagi: “... o lado moderno do Brasil vem sendo sufocado, e estamos desenvolvendo uma cultura do assistencialismo, em que o excluído aspira ganhar o Bolsa-Família, a classe média aspira a passar num concurso público para ter o salário garantido por 30 anos, e os ricos se acostumaram a aplicar no mercado financeiro ganhando juros reais de 10% a.a.”.

Após a longa e muitíssimo interessante discussão sobre os dez principais entraves ao processo de desenvolvimento brasileiro, Fabio Giambiagi apresenta ao leitor ainda dois capítulos. O penúltimo traz o sugestivo título “Um cenário fiscal: o Brasil desamarrado”. Ao longo deste décimo sétimo capítulo, o autor faz algumas conjecturas sobre como poderia ser o Brasil, caso as “vacas” fossem devidamente resolvidas. Logo no início do texto há uma advertência sobre a problemática das previsões dos economistas, lembrando ao leitor uma ótima citação de Paul Krugman: “qualquer economista que registre honestamente o histórico de suas previsões, aprende rapidamente a ser humilde”. O texto mostra claramente que ainda haveria uma série de procedimentos a serem tomados para que o país entrasse de fato numa rota de crescimento. Um dos problemas centrais, que parece crônico no cenário nacional, é a questão dos marcos regulatórios. Inclui-se aí o problema das agências reguladoras.

O último capítulo de *Brasil: Raízes do Atraso* é dedicado à questão da condução política da economia de um país. Giambiagi volta a tratar de temas que parecem fazer parte de uma estranha espécie de “conhecimento do senso comum”. Em particular, o texto contém uma crítica interessante sobre o preconceito ao apego a razão na condução de um Estado. Segundo o autor: “... o apego ao rigor fiscal representaria uma visão tacanha de tecnocratas sem visão de país que está enraizada em parte importante do espectro político brasileiro”.

Como não poderia deixar de ser, Giambiagi enfatiza a necessidade de mudar a postura da população, para que o país possa se desenvolver. Um alerta especial é dado ao fato de que “40 milhões de pessoas recebem um fluxo de pagamentos regular por parte do Estado”, sendo que “em muitos casos não houve contrapartida prévia de um fluxo de contribuições paga ao longo de vários anos”. A “erva daninha” que tal cultura traz ao povo brasileiro é a idéia de que “o progresso e a melhora de bem-estar individual deixam de ser o prêmio

pela perseverança e pelo esforço e passam a ser reflexo da benevolência oficial”.

Brasil: Raízes do Atraso deveria ser lido por todos os brasileiros. Os leitores que acreditam na eficácia das políticas assistencialistas terão, ao tentar refutar os argumentos de Giambiagi, a oportunidade de defender seus pontos de vista, em ótimo nível intelectual. Para aqueles que comungam o clero da racionalidade e das políticas baseadas em resultados mensuráveis, o livro é uma prova de que, apesar de todas as idiosincrasias do povo brasileiro, ainda existem economistas capazes de promover uma abordagem racional dos problemas atuais.